Delegado SIMULino

Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV

Código	PCPR-DL-0602-0B3F
Questões	20
Tempo sugerido	60 minutos
Dificuldade	Nível Delegado (N3 + N4)
Alternativas por questão	5

Composição

Disciplina	Questões	Numeração
Direito Penal	4	01 a 04
Direito Processual Penal	4	05 a 08
Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	4	09 a 12
Direito Constitucional	2	13 a 14
Direito Administrativo e Gestão Pública	2	15 a 16
Legislação Estadual e Institucional	2	17 a 18
Direitos Humanos	1	19 a 19
Ciências Forenses	1	20 a 20

Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

Direito Penal

Questão 01

Em um grupo de estudos sobre o crime culposo, foram formuladas as afirmativas a seguir, à luz do Código Penal e da doutrina majoritária.

I. Admitem-se, no crime culposo, tanto a coautoria quanto a participação em sentido estrito, já que o art. 29 do Código Penal não distingue entre crimes dolosos e culposos.

II. A culpa concorrente da vítima não afasta a responsabilidade penal do agente que também violou o dever objetivo de cuidado, pois não há compensação de culpas no Direito Penal, embora o comportamento da vítima possa ser considerado na fixação da pena-base.

III. Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime senão quando o pratica dolosamente; por isso, a deterioração de coisa alheia causada por mera imprudência é atípica à luz do Código Penal.

IV. Na chamada culpa imprópria, que decorre de erro evitável sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, admite-se a tentativa, porque o resultado é efetivamente querido pelo agente, embora a lei o puna a título de culpa.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 02

Maria, agindo com dolo, deu causa à abertura de inquérito policial em detrimento de João, seu marido, imputando-lhe a prática da contravenção penal de vias de fato no contexto da Lei Maria da Penha, muito embora soubesse ser o agente inocente. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Maria

(A) não responderá por qualquer delito, ante a atipicidade material da conduta perpetrada, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

(B) responderá pelo crime de comunicação falsa de contravenção penal, na modalidade qualificada, sem a incidência de causas de aumento ou de diminuição de pena.

(C) responderá pelo crime de denunciação caluniosa, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

(D) responderá pelo crime de denunciação caluniosa, na modalidade qualificada, com a incidência de uma causa de diminuição de pena.

(E) não responderá por qualquer delito, já que imputou ao seu marido a prática de contravenção penal, e não de crime.

Questão 03

Em uma noite de sábado, Lauro e Silas abordaram Renata no estacionamento de um supermercado e, sob a ameaça de uma faca, obrigaram-na a entrar no próprio carro. Enquanto Lauro mantinha Renata no veículo, circulando pela cidade por cerca de duas horas, Silas usou o cartão bancário da vítima e a senha que ela, intimidada, revelou para realizar saques em caixas eletrônicos. Em seguida, Renata foi libertada à margem de uma rodovia.

Uma semana depois, Lauro telefonou para Renata e, ameaçando matar o filho dela, exigiu que ela transferisse R$ 5.000,00 para uma conta que indicou. Apavorada, Renata fez a transferência, mas o banco, ao identificar a operação como suspeita, bloqueou os valores antes que chegassem à conta de destino, e Lauro nada recebeu.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência sumulada do STJ, é correto afirmar que Lauro responderá

(A) por roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por extorsão consumada, no segundo, pois a obtenção da vantagem é dispensável.

(B) por extorsão com restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por extorsão consumada, no segundo, pois ela se consuma com o simples emprego da ameaça.

(C) por extorsão mediante sequestro, no primeiro episódio, já que a vítima foi privada da liberdade, e por extorsão consumada, no segundo episódio narrado.

(D) por extorsão com restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por tentativa de extorsão, no segundo, pois a vantagem indevida não foi obtida.

(E) por extorsão com restrição da liberdade da vítima, no primeiro episódio, e por extorsão consumada, no segundo, pois a obtenção da vantagem indevida é dispensável.

Questão 04

Durante um plantão, o delegado de polícia Otávio analisou três ocorrências. Na primeira, Jéssica, primária e sem registros anteriores, foi surpreendida ao tentar sair de uma farmácia com um frasco de xampu avaliado em R$ 25,00, sem violência ou grave ameaça. Na segunda, Hélio, servidor público municipal, apropriou-se de um grampeador da repartição, avaliado em R$ 20,00, de que tinha a posse em razão do cargo. Na terceira, Anderson desferiu um tapa no rosto da companheira, no interior da residência do casal, causando-lhe lesão levíssima, uma vermelhidão que desapareceu em poucas horas.

Considerando os vetores fixados pelo STF para o princípio da insignificância e a jurisprudência sumulada do STJ, é correto afirmar que o princípio da insignificância

(A) pode ser reconhecido apenas na primeira ocorrência, como causa de exclusão da tipicidade material, sendo afastado nas demais por enunciados sumulados do STJ.

(B) pode ser reconhecido na primeira e na segunda ocorrências, dado o valor ínfimo dos bens, mas não na terceira, por envolver violência doméstica contra a mulher.

(C) pode ser reconhecido nas três ocorrências, pois em todas elas a lesão ao bem jurídico tutelado foi inexpressiva e não houve repercussão social relevante.

(D) pode ser reconhecido apenas na primeira ocorrência, como causa de exclusão da ilicitude da conduta, sendo afastado nas demais por enunciados sumulados do STJ.

(E) não afasta o crime na primeira ocorrência, autorizando só o reconhecimento do furto privilegiado, e é inaplicável nas demais por enunciados do STJ.

Direito Processual Penal

Questão 05

Gustavo foi indiciado por lesão corporal praticada contra Caio durante uma briga em um bar. A vítima não compareceu ao exame de corpo de delito na data marcada e só voltou a procurar a delegacia vinte dias depois, quando as lesões já haviam desaparecido por completo. No interrogatório, Gustavo confessou ter desferido socos em Caio, e duas pessoas que estavam no bar afirmaram ter visto as agressões e os ferimentos no rosto da vítima logo após a briga. Na comarca não há perito oficial disponível, e o delegado de polícia cogita nomear um único médico da rede municipal para examinar Caio.

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre o exame de corpo de delito, assinale a afirmativa correta.

(A) Como os vestígios desapareceram, a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame de corpo de delito, o que não ocorreria com a confissão isolada do indiciado.

(B) Na falta de perito oficial, o exame poderá ser feito por uma única pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica.

(C) Como os vestígios desapareceram, a confissão de Gustavo poderá suprir a falta do exame de corpo de delito, desde que seja confirmada em juízo.

(D) Por se tratar de infração que deixa vestígios, a falta do exame direto impede o oferecimento da denúncia, ainda que haja testemunhas dos fatos.

(E) O assistente técnico indicado por Gustavo poderá acompanhar o exame desde o início, por decisão do delegado de polícia que preside o inquérito.

Questão 06

Acerca das espécies de ação penal de iniciativa privada, analise as afirmativas a seguir.

I. Na ação penal privada subsidiária da pública, a negligência do querelante acarreta a perempção e, com ela, a extinção da punibilidade do querelado.

II. Na ação penal privada personalíssima, a morte do ofendido extingue a punibilidade, pois não se admite a sucessão processual pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

III. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, mas não produzirá efeito em relação ao que o recusar.

IV. Esgotado sem manifestação o prazo de seis meses para o oferecimento da queixa subsidiária, opera-se a decadência do direito de queixa e, com ela, a extinção da punibilidade do autor do fato.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Questão 07

Por volta das 14h, Sérgio roubou o aparelho celular de uma pedestre, mediante grave ameaça, na cidade de Alfa, sede da comarca de mesmo nome. Policiais militares que passavam pelo local iniciaram imediatamente a perseguição e, sem perder o rastro do autor, que fugiu em uma motocicleta, conseguiram alcançá-lo às 17h, já na cidade de Beta, sede de outra comarca, situada a 60 km de distância. Na cidade de Beta há delegacia de polícia em funcionamento.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre a prisão em flagrante e sobre a recorribilidade das decisões a ela relativas, é correto afirmar que

(A) não há situação de flagrante, pois o decurso de três horas entre o crime e a captura afasta a perseguição logo após o fato, cabendo apenas a representação pela prisão preventiva.

(B) há flagrante impróprio, devendo Sérgio ser apresentado à autoridade policial de Beta, que lavrará o auto e providenciará sua remoção, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso em sentido estrito.

(C) há flagrante presumido, porque Sérgio foi encontrado horas depois do crime, devendo ser apresentado à autoridade de Beta, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso em sentido estrito.

(D) há flagrante impróprio, devendo Sérgio ser apresentado à autoridade policial de Beta, que lavrará o auto e providenciará sua remoção, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso de apelação.

(E) há flagrante impróprio, mas Sérgio deverá ser conduzido à autoridade policial de Alfa, a única com atribuição para lavrar o auto, e eventual relaxamento judicial da prisão desafiará recurso em sentido estrito.

Questão 08

Acerca das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. ( ) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que essa não contrarie a moralidade ou a ordem pública. ( ) Nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, os autos do inquérito permanecerão na Delegacia de Polícia, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado. As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) F – V – F.

(C) V – V – F.

(D) F – F – F.

(E) V – V – V

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09

Em inquérito que apura a atuação de organização criminosa dedicada a fraudes bancárias, o delegado de polícia Renan expediu ofício diretamente a uma operadora de telefonia, sem prévia autorização judicial, requisitando: (1) o nome, a filiação e o endereço do titular de uma linha utilizada pelos investigados; e (2) o conteúdo das mensagens de texto armazenadas pela operadora e trocadas por meio dessa linha nos últimos três meses. O gerente responsável, sem apresentar qualquer justificativa, recusou-se a fornecer as informações dos dois itens.

Considerando a Lei nº 12.850/2013 e a disciplina constitucional e legal de proteção das comunicações, é correto afirmar que

(A) os dados do primeiro item podem ser requisitados sem autorização judicial e o conteúdo das mensagens depende de ordem judicial, mas a recusa do gerente constitui mera infração administrativa, sem repercussão penal.

(B) os dados do primeiro item dependem de autorização judicial, por se tratar de dados pessoais protegidos, ao passo que o conteúdo das mensagens já armazenadas pela operadora pode ser requisitado diretamente pelo delegado.

(C) os dois itens podem ser requisitados diretamente pelo delegado, pois a Lei nº 12.850/2013 lhe assegura acesso, independentemente de autorização judicial, a quaisquer dados mantidos por empresas telefônicas.

(D) os dados do primeiro item podem ser requisitados sem autorização judicial, e a recusa injustificada em fornecê-los configura crime previsto na própria Lei nº 12.850/2013, mas o conteúdo das mensagens depende de ordem judicial.

(E) os dados do primeiro item podem ser requisitados sem autorização judicial e o conteúdo das mensagens depende de ordem judicial, e a recusa do gerente configura o crime de desobediência previsto no Código Penal.

Questão 10

A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo as seguintes diretrizes, à exceção de uma . Assinale-a.

(A) A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.

(B) A celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

(C) O destaque, facultativo no currículo escolar do ensino fundamental, e obrigatório no currículo escolar do ensino médio, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

(D) A integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

(E) A implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

Questão 11

Em um município que não é sede de comarca, Valéria compareceu à delegacia de polícia e relatou que Rodrigo, seu companheiro, com quem reside, a agrediu e a ameaçou de morte naquela noite, prometendo voltar para casa e terminar o que havia começado. O delegado de polícia Fausto constatou a existência de risco atual à vida e à integridade física de Valéria. Admita que nenhum dos crimes atribuídos a Rodrigo tem pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos e que ele é primário.

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) somente o juiz pode determinar o afastamento de Rodrigo do lar, cabendo ao delegado remeter o pedido da ofendida em 48 horas, e a preventiva é admissível para garantir a execução das medidas protetivas.

(B) o delegado pode determinar o afastamento de Rodrigo do lar e decretar sua prisão preventiva, comunicando ambas as medidas ao juiz em até 24 horas, para garantir a execução das medidas protetivas.

(C) o delegado pode determinar o imediato afastamento de Rodrigo do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, mas a preventiva é inadmissível, porque a pena máxima dos crimes não supera quatro anos.

(D) o delegado pode determinar o imediato afastamento de Rodrigo do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, e a preventiva é admissível para garantir a execução das medidas protetivas, mesmo com pena máxima de até quatro anos.

(E) o delegado pode determinar o imediato afastamento de Rodrigo do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, e cabe a prisão temporária de Rodrigo para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

Questão 12

Sobre os crimes e o procedimento previstos na Lei nº 11.343/2006, considerando também a jurisprudência do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, configura figura típica própria, punida

de forma mais branda que o tráfico previsto no caput do art. 33.

II. Para a configuração da associação para o tráfico, basta o ajuste ocasional de duas ou mais pessoas para a prática de um único crime de tráfico, dispensando-se a estabilidade e a permanência do vínculo.

III. Para a lavratura do auto de prisão em flagrante e o estabelecimento da materialidade, é suficiente o laudo de constatação da natureza e da quantidade da droga, e o perito que o subscrever não fica impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

IV. Quem colabora, como informante, com grupo destinado ao tráfico, sem integrá-lo, responde por tipo penal autônomo previsto na própria Lei de Drogas, e não como partícipe da associação.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

Direito Constitucional

Questão 13

Certa agência reguladora federal, no exercício da competência normativa para dispor sobre aspectos técnicos no âmbito de sua atividade regulatória, após os devidos trâmites, fez editar a Resolução XYZ, que vedou determinada prática no respectivo setor, por considerá-la prejudicial à saúde da população, diante de justificativas técnicas e após o devido processo para a elaboração do ato normativo. Tal vedação importou em grande pressão popular sobre o Poder Legislativo, que acabou elaborando a Lei ABC, a qual passou a autorizar a prática proibida pela Resolução XYZ. Diante desse quadro, a sociedade Certínea, que atua no respectivo setor, está com fundadas dúvidas sobre a possibilidade ou não de realizar a conduta objeto das referidas normas. Diante dessa situação hipotética, considerando a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar para a sociedade Certínea que:

(A) a Resolução XYZ não pode prevalecer, diante de sua inconstitucionalidade, pois não poderia ser atribuída competência normativa à agência, sob pena de violação à separação de poderes;

(B) a Resolução XYZ inovou no ordenamento jurídico, revelando-se, portanto, inconstitucional, considerando que a sua atividade normativa deve se restringir à fiel execução da lei;

(C) deve ser reconhecida a inconstitucionalidade da Lei ABC, na medida em que sua determinação pode colocar em risco a saúde da população na forma estabelecida na Resolução XYZ;

(D) a Lei ABC promoveu a revogação da Resolução XYZ, no exercício da autotutela estatal;

(E) a Lei ABC é hierarquicamente superior à Resolução XYZ, razão pela qual deve prevalecer a autorização contida na lei.

Questão 14

O Estado Alfa editou lei fixando o número máximo de alunos por sala de aula nas escolas da rede pública estadual de educação básica. Pouco depois, o Município Beta, situado no Estado Alfa, editou lei proibindo, nas escolas da rede municipal, a utilização de materiais didáticos e a realização de atividades pedagógicas que abordem questões de gênero e de orientação sexual.

Considerando a repartição constitucional de competências e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a lei estadual usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação, ao passo que a lei municipal é válida, por tratar de assunto de interesse local.

(B) ambas as leis são válidas, pois Estados e Municípios podem legislar livremente sobre o conteúdo do ensino ministrado em suas respectivas redes públicas.

(C) ambas as leis são inconstitucionais, pois a competência para legislar sobre educação é privativa da União, cabendo aos demais entes apenas executar a política educacional.

(D) a lei estadual se ampara na competência concorrente em matéria de educação, e a lei municipal é inconstitucional porque Municípios não detêm competência legislativa alguma em matéria de ensino.

(E) a lei estadual se ampara na competência concorrente em matéria de educação, ao passo que a lei municipal usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15

Em determinado município, foram apurados dois fatos. No primeiro, Luíza, secretária municipal de obras, dispensou indevidamente e de forma dolosa a licitação para a contratação de serviços de manutenção predial; a perícia demonstrou, porém, que o preço pago foi compatível com o de mercado e que os serviços foram integralmente executados, sem nenhum prejuízo ao erário. No segundo, Mauro, servidor da comissão de contratação, revelou dolosamente a um amigo empresário o valor estimado de uma contratação, que deveria permanecer em sigilo, com o fim comprovado de beneficiá-lo na disputa.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que

(A) a conduta de Luíza configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, pois o dano decorrente da dispensa indevida de licitação é presumido, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, a multa civil e proibição de contratar com o poder público.

(B) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, por ausência de perda patrimonial efetiva, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, a multa civil e proibição de contratar, mas não à suspensão dos direitos políticos.

(C) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, por ausência de perda patrimonial efetiva, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos e à perda da função pública.

(D) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, por ausência de perda patrimonial efetiva, e as sanções da Lei de Improbidade podem ser aplicadas a Mauro pela própria Administração, em processo disciplinar.

(E) a conduta de Luíza não configura ato de improbidade que causa lesão ao erário, porque a dispensa de licitação não integra o rol desse tipo de ato, e Mauro está sujeito, entre outras sanções, a multa civil e proibição de contratar.

Questão 16

Durante o cumprimento de uma diligência externa, determinada pela autoridade policial, Carlos, policial civil do Estado de Minas Gerais, agindo de forma negligente, acabou por atropelar um transeunte. Registre-se que, realizada perícia no local dos fatos, constatou-se que o pedestre não teve qualquer culpa para o advento do resultado danoso. Considerando as disposições da Constituição Federal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) O Estado de Minas Gerais poderá ser responsabilizado, subsidiariamente, em razão da conduta praticada por Carlos, caso este não tenha capacidade para arcar com eventual indenização fixada em benefício do transeunte. ( ) A responsabilidade civil de Carlos, na qualidade de agente público, é objetiva, pressupondo-se a demonstração do elemento anímico. ( ) Para que a responsabilidade civil do Estado de Minas Gerais possa ser invocada, é necessário que se demonstre, em juízo, no que consistiu a conduta negligente de Carlos. As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) F – F – F.

(C) V – V – F.

(D) F – V – F.

(E) V – V – V.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17

Acerca da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei nº 14.735/2023), analise as afirmativas a seguir.

I. Nos concursos públicos para o cargo de delegado de polícia, a prova oral deve ser adotada como etapa do certame, e o tempo de atividade policial civil deve ser considerado para pontuação na prova de títulos.

II. O policial civil tem direito a recolhimento em unidade prisional da própria instituição durante a prisão provisória, garantia que não alcança o cumprimento de sentença penal condenatória transitada em julgado.

III. Os policiais civis, por ocasião da aposentadoria, conservam a autorização do livre porte de arma de fogo válido em todo o território nacional, na forma da legislação em vigor.

IV. Cabe ao delegado de polícia presidir o inquérito policial, mas o comando e o controle das atividades de investigação atribuídas ao oficial investigador são exercidos por este com autonomia em relação ao delegado.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) II, III e IV, apenas.

Questão 18

Eduardo foi conduzido à delegacia como suspeito de estelionato e apresentou carteira de identidade com evidente rasura no campo da data de nascimento. Diante disso, o delegado de polícia Teodoro determinou sua identificação criminal pelos processos datiloscópico e fotográfico. Teodoro avalia, ainda, a coleta de material biológico de Eduardo para obtenção de perfil genético, a fim de compará-lo com vestígios encontrados em documentos apreendidos. Meses depois, o inquérito foi definitivamente arquivado, sem oferecimento de denúncia.

Considerando a Lei nº 12.037/2009, é correto afirmar que

(A) a identificação criminal foi legítima, mas a coleta de material biológico depende de decisão judicial, e Eduardo pode requerer a retirada da identificação fotográfica, desde que apresente provas de sua identificação civil.
(B) a identificação criminal foi legítima, e a coleta de material biológico pode ser determinada pelo próprio delegado, por ser providência inerente à identificação criminal de quem apresenta documento rasurado.
(C) a identificação criminal foi legítima, mas a coleta de material biológico depende de decisão judicial, e Eduardo pode requerer a retirada de toda a sua identificação datiloscópica e fotográfica do inquérito.
(D) a identificação criminal foi ilegítima, pois quem apresenta documento de identificação civil não pode ser submetido à identificação criminal, ainda que o documento esteja rasurado.
(E) a identificação criminal foi legítima, mas a coleta de material biológico depende de decisão judicial, e a retirada da identificação fotográfica será feita de ofício, independentemente de requerimento de Eduardo.

Direitos Humanos

Questão 19

O Poder Executivo Federal instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de analisar se, à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, há a faculdade ou obrigação de ser implementado um mecanismo de natureza propositiva, crítica e fiscalizadora dos direitos ali previstos, bem como a posição que deve ocupar no âmbito das estruturas estatais de poder e se a sociedade civil deve integrá-lo. Assinale a opção que apresenta, corretamente, a conclusão a que o grupo de trabalho, ao fim de sua análise, amparado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, chegou.

(A) A organização interna de cada Estado Parte não é tratada na Convenção, não havendo obrigatoriedade de se criar uma estrutura específica com a funcionalidade de zelar pela sua observância.
(B) Deve existir uma estrutura específica em cada Estado Parte, de natureza não estatal, com viés democrático e gestão da sociedade civil organizada, incumbida de fiscalizar a aplicação da Convenção.
(C) É cogente a existência de mecanismo independente, não se admitindo qualquer ingerência unilateral da estrutura estatal a que está vinculado, assegurando-se, ademais, a participação da sociedade civil organizada.
(D) Deve existir uma estrutura específica, de viés estatal, dotada de autonomia, de composição paritária, sendo a participação da sociedade civil organizada norteada pelo sistema de mérito, com a realização de processo seletivo próprio.
(E) É facultada a criação de estrutura específica, em prol da especialização de funções e do aumento da eficiência, assegurando-se a participação da sociedade civil organizada, sem a ingerência do Poder Público na chancela das escolhas realizadas.

Ciências Forenses

Questão 20

Em investigação de lesão corporal, o delegado de polícia recebeu três documentos. O primeiro foi elaborado pelos peritos que examinaram a vítima e ditado diretamente ao escrivão, na presença da autoridade e de testemunhas, logo após o exame. O segundo, relativo a novo exame feito uma semana depois, foi redigido pelos próprios peritos posteriormente, sem ditado ao escrivão. O terceiro foi elaborado por um professor de Medicina Legal de notório saber, contratado pela defesa, que não examinou a vítima e se limitou a analisar os dois primeiros documentos para opinar sobre a classificação das lesões.

Segundo a doutrina médico-legal, os três documentos correspondem, respectivamente, a

(A) laudo, auto e parecer médico-legal, sendo este último desprovido de parte descritiva, já que não houve exame direto.

(B) auto, laudo e atestado médico, sendo este último a afirmação simples e por escrito de um fato médico e de suas consequências.

(C) auto, laudo e parecer médico-legal, devendo este último conter, obrigatoriamente, a descrição minuciosa das lesões da vítima.

(D) auto, laudo e relatório médico-legal, gênero que abrange qualquer documento produzido por especialista a pedido das partes.

(E) auto, laudo e parecer médico-legal, sendo este último desprovido de parte descritiva, já que não houve exame direto.

Folha de respostas

Código PCPR-DL-0602-0B3F · preencha a bolinha da alternativa escolhida

	A	B	C	D	E
01	○	○	○	○	○
02	○	○	○	○	○
03	○	○	○	○	○
04	○	○	○	○	○
05	○	○	○	○	○
06	○	○	○	○	○
07	○	○	○	○	○
08	○	○	○	○	○
09	○	○	○	○	○
10	○	○	○	○	○
11	○	○	○	○	○
12	○	○	○	○	○
13	○	○	○	○	○
14	○	○	○	○	○
15	○	○	○	○	○
16	○	○	○	○	○
17	○	○	○	○	○
18	○	○	○	○	○
19	○	○	○	○	○
20	○	○	○	○	○

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.